



MARIANA APARECIDA GARCIA SOL

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AGRICULTURA
E SUA EFETIVAÇÃO NA MICRORREGIÃO DE LAVRAS**

LAVRAS – MG

2023

MARIANA APARECIDA GARCIA SOL

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AGRICULTURA E SUA
EFETIVAÇÃO NA MICRORREGIÃO DE LAVRAS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof.º Dr. Janderson Martins Vaz

Orientador

LAVRAS - MG

2023

MARIANA APARECIDA GARCIA SOL

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AGRICULTURA E SUA EFETIVAÇÃO
NA MICRORREGIÃO DE LAVRAS (2018 – 2021)**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 01 de dezembro de 2023.
Prof. Dr. Renato Silvério Campos

Prof. Dr. Janderson Martins Vaz

Orientador

LAVRAS-MG

2023

RESUMO

Pretendeu-se neste trabalho caracterizar os programas de governo na função agricultura e comparar os valores orçados e valores executados pelos municípios da microrregião de Lavras-MG no período de 2018 a 2021. Para tal, a pesquisa valeu-se do estudo documental, realizando a coleta de dados foram feitas buscas no site oficial do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e com os dados coletados foi criada uma planilha a fim de analisar os dados desejados. Para melhor visualização os resultados foram organizados em uma nuvem de palavras com o intuito de caracterizar as ações realizadas pelos programas e em tabelas a fim de compreender a previsão orçamentária de cada município. A partir do presente trabalho conclui-se que apesar da importância da agricultura familiar na produção de alimentos no país, apenas um município possui um programa de apoio e desenvolvimento dos mesmos. O programa com maior participação dos municípios é o de Extensão e Cooperativismo Rural e conseqüentemente possui o maior valor orçado. Avalia-se que o estudo permitiu a ampliação do conhecimento acerca dos programas voltados para agricultura e do valor destinado a cada programa. Espera-se que a pesquisa contribua para a compreensão dos programas presentes na microrregião.

Palavras chaves: Políticas Públicas; Agricultura; Previsão Orçamentária.

Sumário

1.INTRODUÇÃO	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 Conceitos de políticas públicas	7
2.2 Política Pública na agricultura	8
3.1 Classificação da Pesquisa	10
3.2 Levantamento dos dados	10
4.1 Caracterização das Políticas Públicas de Agricultura	12
4.2 Comparação do Orçamento	16
5. CONCLUSÃO	24

1. INTRODUÇÃO

O Brasil historicamente é um dos maiores exportadores de alimentos e matéria prima do mundo. Tal feito só foi possível, devido a criação de políticas públicas e melhorias nas práticas agrícolas como a inserção de tecnologia, pesquisas para melhoramento do solo e sementes, que resultaram no aumento da produtividade. Portanto, é necessário ressaltar a importância do estudo das políticas públicas na agricultura.

Sendo assim, em primeiro momento é necessário conceituar agricultura. Segundo Diehl (1984, p.114) “a agricultura consiste no esforço para situar a planta cultivada nas condições ótimas de meio (clima, solo) para lhe tirar o máximo rendimento em quantidade e em qualidade”. Ou seja, é o aproveitamento máximo do solo e do clima para produzir.

No Brasil, a agricultura é um dos setores que mais movimentam a economia, geram empregos e contribuem significativamente com o PIB nacional. Segundo o VII Plano Diretor (Embrapa, 2020, p.7), “esse setor responde a 21% da soma de todas as riquezas produzidas, um quinto de todos os empregos e 43,2% das exportações brasileiras, chegando a US \$96,7 bilhões em 2019.”.

Tal desenvolvimento só é possível devido às políticas públicas. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2008), define políticas públicas como “um conjunto de ações, metas e planos que os governos nos níveis nacionais, estaduais ou municipais traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”. É através delas que é possível realizar medidas que visam o desenvolvimento econômico, como a geração de empregos e renda, além de programas para atender as demandas da população vulnerável e assegurar os direitos da população em geral.

No decorrer dos anos foram criadas políticas públicas como o Plano Safra e o Pronaf, que objetivam, respectivamente, aumentar a produção rural dos agricultores familiares e cooperativas por meio de incentivos financeiros anuais, além de aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e a elevação da renda dos agricultores familiares.

Estudos como os de Lima (2022), Rooke (2022) e Gomes (2021) analisaram políticas públicas e a eficiência dos gastos públicos voltadas para o município. Visando contribuir com os estudos mencionados, este trabalho apresenta como problema de pesquisa: Como se caracteriza a efetivação das políticas públicas voltadas para a agricultura na microrregião de Lavras-MG?

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é analisar o comportamento de municípios que compõem a microrregião de Lavras, localizada no interior do estado de Minas Gerais, nos anos de 2018 a 2021. Para ter uma resposta mais eficaz para esse objetivo geral, foram traçados alguns objetivos específicos, listados a seguir. São eles:

- I) Caracterizar os programas de governo na agricultura dos municípios da microrregião de Lavras-MG no período de 2018 a 2021, sob o paradigma orçamentário;
- II) Comparar valores orçados e valores executados pelos municípios pertencentes à microrregião de Lavras-MG nos programas de governo voltados para a agricultura.

Tendo em conta a importância da arrecadação orçamentária e a efetivação das políticas públicas para os municípios da microrregião de Lavras, a justificativa para a realização desta pesquisa está sustentada no fato de que os resultados nela obtidos poderão auxiliar tanto aos agricultores quanto aos gestores públicos na compreensão da relevância que os investimentos na Agricultura representam, e o nível de eficiência do gasto público.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas e documentais, através da coleta de dados secundários quanto a receita dos municípios da microrregião de Lavras-MG, durante o ano de 2018 a 2021.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, foi realizada uma discussão a respeito da temática “Políticas Públicas” na tentativa de buscar contribuições de outros autores, considerados importantes, para embasar a presente pesquisa. Para tanto, subdividiu-se esta seção em dois tópicos. No primeiro, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de abordar e conceituar Políticas Públicas, desde o seu surgimento. Já no segundo tópico, a pesquisa foi voltada para as Políticas Públicas na agricultura.

2.1 Conceitos de políticas públicas

Muitos conceitos de políticas públicas foram estabelecidos ao longo do tempo e cada um deles prevaleceu em algum momento da história. No começo do século XX aparece a visão das ciências administrativas ou organizacionais e torna-se predominante nos Estados Unidos da (EUA), a partir dos anos 60 vai se espalhando pelo mundo; e é a que hoje prevalece (SARAVIA, FERRAREZI, 2007). A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, e foi se consolidando ao longo dos tempos (SOUZA, 2006). Segundo Saraiva, Ferrarezi (2007, p.22) seu principal objetivo, era “a criação de uma classe administrativa apartidária, selecionada na base do mérito, para, assim, neutralizar o nepotismo e o favoritismo que dominavam a administração pública norte-americana do século XIX”. Portanto, o objetivo da disciplina era a implementação de políticas públicas: orçamento, gestão de pessoal e organização para atividades-meio, centrais à atuação do Executivo (HENRY, 1975).

Para entender a fundo a definição de política pública é necessário entender os conceitos de problema público e política pública. O primeiro refere-se ao fim ou intenção de resolução e o segundo trata-se do meio para resolver a intenção (SECCHI, 2020). Portanto, algumas definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas (SOUZA, 2006). Em controvérsia, de acordo com Muller e Surel (2002, p.11) “as políticas públicas não servem para resolver problemas, e sim contemplam em modo preponderante um fluxo de produção de programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos”. De acordo com Souza (2006, p.23) “não existe uma única definição de políticas públicas, cada autor tem um conceito”. Segundo Lynn (1980), por exemplo, “as políticas públicas são várias ações do governo que produzem efeitos específicos”. Já Mead (1995) a define como uma área de estudo que analisa o governo e suas políticas dando ênfase nas questões públicas. ” E Dye (1984) define a política pública como a forma que o governo age frente às demandas.

Portanto, as visões e as diferentes abordagens sobre a definição de políticas públicas, assumem em geral, uma visão holística, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existem diferenças sobre a importância relativa destes fatores (SOUZA, 2006).

Ao analisar os debates sobre políticas no Brasil há evidências de que ocorrem desde a década de 1930, tendo contado com a participação de profissionais de diferentes formações disciplinares e com a implantação do Estado Nacional-Desenvolvimentista (FARAH, 2016). O estudo das políticas públicas concentrou-se no objetivo de treinar servidores para a administração pública moderna (SOUZA, 2006). Desde então, houve grande mudança no centro da análise, dos atores envolvidos, das metodologias utilizadas e da própria audiência, diversificando-se também o tipo de conhecimento mobilizado. Com a modernização da administração pública brasileira, que se espalhou pelos estados, procurava consagrar a atuação de base técnica, apoiada em critérios pessoais e científicos (FARAH, 2016). Nesse âmbito, “políticas públicas poderiam ser entendidas como ações, promovidas pelos governos, de regulação dos diversos problemas que afligem a sociedade contemporânea” (ROMANO, 2019, p.1).

Para que ocorra a formulação e implementação das políticas públicas, é realizado um processo que é dividido por estágios, que são denominados “Ciclo de Política Pública”. Este ciclo é dividido em cinco estágios, são eles: 1) construção de agenda; 2) formulação da política; 3) processo decisório; 4) implementação e; 5) monitoramento e avaliação.

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, é importante conhecer as políticas públicas voltadas para a agricultura. Portanto, tal assunto será abordado na próxima sessão.

2.2 Política Pública na agricultura

O Brasil apresenta uma das maiores áreas agricultáveis do mundo e, historicamente, consolidou-se como um dos maiores produtores mundiais de alimentos (INOCÊNCIO; CALAÇA 2010). Mas de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO – em inglês, Food and Agriculture Organization of United Nations) (FAO, 2022). Estima-se que 56,5 milhões de pessoas passaram fome em 2021, enquanto 268 milhões enfrentam insegurança alimentar. No Brasil isso não é diferente. Portanto devemos ressaltar a importância da criação de políticas públicas voltadas especificamente para essa finalidade. Já existem algumas políticas bem implementadas no país como a institucionalização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e da Política Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional (PNSAN) (SAMBUICHI et al.,2019). Essas implementações não se restringem unicamente ao acesso ao alimento, mas também à sustentabilidade do sistema agroalimentar e à transformação da matriz produtiva (GRISA et al., 2011).

Outro fato importante para a implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura é que a implementação de novas tecnologias precisa de um arcabouço institucional que seja capaz de produzir conhecimento público e assim facilitar a vida dos produtores (SOUZA; BIDARRA, 2022).

No Brasil além de grandes latifundiários, temos também pequenos produtores que são responsáveis por grande parte da produção de alimentos no nosso país. Sendo assim, essa classe de sistema agrário foi nomeada de Agricultura Familiar. O conceito de agricultura familiar é bem amplo, entretanto para fins práticos, pode ser definido como sendo propriedades de pequeno porte administradas principalmente por membros da mesma família (ALTAFIN,2007). Muitos esforços têm sido feitos para avaliar a importância social e econômica da agricultura familiar no Brasil, caracterizando seus principais segmentos (NEVES,2007). Além disso, o Brasil tem sido pioneiro na criação de políticas públicas de apoio à agricultura familiar (SANTOS; FERREIRA; CAMPOS, 2019). Os agricultores familiares são aqueles que mais necessitam de políticas especiais de crédito, de formação profissional e de assistência técnica (NEVES,2007). A principal política pública voltada para a agricultura familiar no Brasil é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Sua elaboração se deu por volta dos anos 1995 e 1996 e passou por inúmeras mudanças e aperfeiçoamento (ARRUDA; HESPANHOL, 2012). O movimento sindical rural, desempenhou um papel decisivo na implantação desse programa, e também favoreceu o acesso do produtor rural aos diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional (MATTEI, 2007). Nos últimos anos o PRONAF se consolidou como uma política de crédito presente em todo o território nacional, realizando em torno de 2 milhões de contratos e atingindo mais de 1 milhão de famílias (BIANCHINI et al., 2015). Além do PRONAF foram surgindo outras iniciativas de políticas públicas no Brasil voltadas para agricultura como Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF), Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros (JÚNIOR et al.,2021).

3. METODOLOGIA

A seguinte seção irá atribuir à pesquisa sua classificação metodológica. Foram divididos em duas subseções, sendo a primeira a classificação da pesquisa, contendo a caracterização, definindo os seus critérios, objetivos e procedimentos necessários para o presente trabalho. Já a segunda, trata sobre o levantamento, na qual será informado como foi realizada a coleta de dados, onde foram coletados e qual método para tabulação dos dados.

3.1 Classificação da Pesquisa

Quanto aos objetivos deste trabalho foi realizada uma pesquisa descritiva, que segundo Vergara (2016) pode estabelecer conexões entre variáveis e definir sua natureza, mas não tem a responsabilidade de explicar seus efeitos.

Quanto aos métodos, a pesquisa caracteriza-se como documental, já que as informações analisadas são os registros contábeis dos municípios da microrregião de Lavras-MG, retirados do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Segundo Gil (2016, p. 45) “recomenda-se que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização”.

Quanto a abordagem da pesquisa, considera-se como qualitativa, visto que possui caráter descritivo dos dados e dos programas. De acordo com Casarin e Casarin (2012, p. 33), “independentemente do título e do tema pesquisado, os objetivos de uma pesquisa qualitativa envolvem a descrição de certo fenômeno, caracterizando sua ocorrência e relacionando-o com outros fatores”.

3.2 Levantamento dos dados

Com o intuito de alcançar os objetivos, em primeiro momento foram identificados os municípios pertencentes a microrregião de Lavras-MG através do site do Governo de Minas Gerais. No total, foram identificados nove municípios compõem a microrregião, são eles: Carrancas, Ijaci, Ingaí, Itumirim, Itutinga, Lavras, Luminárias, Nepomuceno e, Ribeirão Vermelho. Sendo Lavras, o maior município em extensão territorial e população.

Para a consecução do primeiro objetivo, foi necessário identificar as políticas públicas voltadas para agricultura, materializadas nos programas e ações adotadas por cada um dos nove municípios da microrregião no período de 2018 até 2021.

Para o levantamento de dados do primeiro objetivo específico, foram extraídas do site do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG), as planilhas referentes às despesas dos municípios no período do exercício desejado. Com a planilha já baixada, foi selecionada a coluna que contém a informação da “função de governo” e utilizando o filtro, foi selecionada a função de governo: agricultura. Tendo os dados afunilados, foi criada uma nova planilha que foi alimentada com os seguintes dados: descrição do programa e ações realizadas em cada ano.

Com o intuito de identificar a existência de similaridades e frequência das ações realizadas pelos municípios, foi criada uma Nuvem de Palavras (NP) utilizando as 62 ações identificadas através da planilha criada. Para que a construção da NP pudesse atender seus objetivos foi selecionada a primeira palavra de cada ação realizada nos programas de governo, o que resultou em 14 palavras diferentes, repetidas diversas vezes. A NP foi gerada a partir dessas palavras identificadas por meio de algoritmos do website Wordart.com (FIGURA 1) e analisadas de acordo com a leitura das palavras de maior destaque. Além disso, foi utilizado o emprego de estatísticas descritivas visando identificar características dos programas de governo desenvolvidos por cada um dos municípios.

Dando continuidade, para o segundo objetivo específico foram identificados a previsão orçamentária de cada município e comparado o valor orçado frente ao valor executado de cada programa.

Para obtenção de dados, utilizou-se as mesmas planilhas de despesas dos municípios utilizadas no objetivo um, no período de 2018 a 2021, disponíveis no site do TCE-MG. Para realizar a análise de cada planilha foi criada uma planilha secundária, que foi estruturada da seguinte forma: a primeira coluna identifica o município, a segunda coluna o ano de exercício, na terceira os programas vigentes, na quarta e quinta, os valores orçados e os valores gastos, respectivamente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguinte seção irá atribuir os resultados encontrados na pesquisa. Foram divididos em duas subseções, sendo a primeira caracterizando as políticas públicas de agricultura. Já a segunda, trazendo a comparação do orçamento dos municípios da microrregião.

4.1 Caracterização das Políticas Públicas de Agricultura

Nesta seção foram analisados os resultados obtidos por meio dos dados disponíveis na base de dados do TCE-MG. A Tabela 1 Identifica a distribuição de frequência das subfunções de governo que contemplam os programas previstos nos orçamentos dos municípios que compõem a amostra.

Tabela 1 - Frequência de subfunção de governo de acordo com o código.

Subfunção - Cód.	Contagens	% do Total	% acumulada
122- Administração Geral	3	5.1%	5.1%
541- Preservação e conservação ambiental	1	1.7%	6.8%
601- Promoção da produção vegetal	2	3.4%	10.2%
605- Abastecimento	4	6.8%	16.9%
606 - Extensão rural	37	62.7%	79.7%
608- Promoção da produção agropecuária	10	16.9%	96.6%
609- Defesa Agropecuária	1	1.7%	98.3%
691- Promoção comercial	1	1.7%	100%

Fonte: Da autora (2023)

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, a subfunção Extensão Rural é a mais frequente, estando presente em todos os municípios da microrregião, exceto Nepomuceno. Dentre os programas presentes nesta subfunção, o Programa de Promoção e Extensão Rural foi o mais adotado na microrregião. Suas ações são baseadas na manutenção das atividades e de bens já adquiridos, na permanência e manutenção de convênios, além da aquisição e manutenção de equipamentos, como máquinas agrícolas.

A nuvem de palavras ilustra as ações realizadas pelos municípios que compõem a microrregião e destaca aquelas que foram realizadas com maior frequência. Através dos dados coletados, foram identificadas 62 ações no total, sendo algumas repetidas entre os nove municípios.

A ação que mais se destaca é a de Manutenção, visto que representa 18% das ações planejadas e está presente em programas de governo de sete dos nove municípios. Tendo em vista a recorrência do uso do termo, foram analisados o emprego do termo “Manutenção” nos programas de governo e a ação que mais se destaca nessa categoria é “manutenção de convênios”, e o convênio que mais se destaca é com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), representando 5% do total das ações realizadas. Além disso, outras ações realizadas foram: a manutenção de estradas rurais (3%), de atividades realizadas pela Secretaria Agropecuária (1%) e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ecológico Meio Ambiente e Turismo (1%), de atividades realizadas em feiras agroecológicas e em parques de exposições (2%), atividades agrárias (1%); de confecções de mudas e sementes (1%); do fundo municipal de desenvolvimento rural e sustentável (1%); remessa de subsídio secretaria municipal da agricultura (1%); das atividades de coordenação de agricultura/mecânica agrícola (1%); e também a manutenção de festas e feiras agropecuárias municipal (1%).

A palavra “manter” também aparece em destaque, representando 11% das ações realizadas, sendo todas essas ações identificadas em Itutinga. As ações realizadas foram: manter convênio com a EMATER, com Instituto Mineira de Agropecuária (IMA), com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEFAZ MG) ; manter a Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAPE); manter o serviço de inspeção municipal; a realização de feiras e eventos; manter o parque de exposição; manter e realizar feiras e eventos; manter o apoio ao produtor rural; manter o programa de defesa animal e também manter o parque municipal. É notório que todas as ações realizadas visam a preservar e proteger as atividades mencionadas.

Já as ações referentes a Aquisição, representam 11% do total das ações realizadas. Entre as aquisições observa-se: aquisição de sementes, mudas e insumos (2%); aquisição de equipamentos, máquinas e implementos agrícolas (1%); aquisição de máquinas, carretas e equipamentos agrários (5%); aquisição de veículos e equipamentos agrícolas (1%); aquisição de diversos equipamentos e máquinas agrícolas (1%). Tendo destaque o município de Ingaí, que é responsável por 5% da utilização do termo “aquisições”.

Possuindo mesmo significado, a palavra “adquirir” também apareceu com frequência (4%) e refere-se à aquisição de uniformes, máquinas, tratores, equipamentos e móveis para a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAPE) e para o serviço de inspeção municipal. Neste mesmo segmento, inclui a palavra “equipamentos” presente na nuvem, tal ação fica subentendida que é a aquisição de equipamentos diversos, tal ação representa 2% do total.

Outras ações aparecem com pouca frequência na nuvem de palavras, mas também são importantes, são elas: atender (4%), apoio (3%), despesas (2%), reforma (1%), disponibilizar (1%), capacitação (1%), premiação (1%), programa (1%), promover (1%).

A palavra “atender” visa atender as demandas existentes na administração pública, da prefeitura municipal no período de 2018 a 2021, no município de Nepomuceno.

As ações referentes a palavras “apoio”, tem como objetivo o apoio para realizações de eventos agropecuários e de eventos para promoção da indústria e comércio agropecuário, representam 3% do total. A “premiação” da exposição e torneio leiteiro, representa 1% e tal ação foi realizada apenas no município de Itutinga.

Outras ações aparecem com pouca frequência na nuvem de palavras, mas são importantes. Como a “capacitação” do produtor rural e “reforma” e revitalização do mercado do produtor rural, realizadas em no município de Lavras-MG.

No que diz respeito à palavra “promover”, “disponibilizar” e “programa”, respectivamente, refere-se à promoção e desenvolvimento da agricultura familiar, apoio ao pequeno produtor rural e ao programa de incentivo ao produtor rural. Levando em consideração a importância da agricultura familiar e do produtor rural para agricultura e economia, é notório que apenas Itutinga, Lavras e Ijaci têm em seus objetivos o desenvolvimento de tais atividades.

Souza (2022), menciona que para a implementação de novas tecnologias é necessário um arcabouço institucional que seja capaz de transmitir conhecimento e facilitar a vida dos agricultores. No entanto, de acordo com os dados coletados, apenas Lavras tinha em suas ações a capacitação do produtor rural, sendo assim, esse resultado vai contra o que o autor sustenta.

Seguindo a mesma linha, Neves (2007) defende que os agricultores familiares são quem mais necessitam de políticas especiais de crédito, de formação profissional e de assistência técnica, e mais uma vez, os resultados vão de encontro dessas informações. De acordo com os programas e ações identificadas, apenas um município possuía um programa voltado para agricultura familiar e outros dois municípios continham ações voltadas para pequenos agricultores.

4.2 Comparação do Orçamento

Para a análise do segundo objetivo deste estudo, em primeiro momento foi identificada a previsão orçamentária de cada município e o valor empenhado em cada uma das 8 subfunções de governo em que os programas voltados para a Agricultura foram identificados (Tabela 2). Posteriormente, foram analisados o valor orçado e o valor empenhado por município em cada um dos programas de governo voltados para a Agricultura no período de 2018 a 2021 (Tabela 3).

Tabela 2 - Valor orçado e valor empenhado por subfunção de governo na microrregião de Lavras no período de 2018 a 2021.

Código	Subfunção	Total Orçado	Total Executado	%
122	Administração Geral	2.333.206,11	2.009.044,85	86,11%
541	Preservação e conservação ambiental	2.178.157,54	1.599.752,37	73,45%
601	Promoção da produção vegetal	4.000,00	-	0,00%
605	Abastecimento	881.000,00	201.383,87	22,86%
606	Extensão rural	10.399.562,62	7.395.483,54	71,11%
608	Promoção da produção agropecuária	9.776.225,66	4.830.212,50	49,41%
609	Defesa Agropecuária	156.000,00	99.020,92	63,47%
691	Promoção comercial	34.000,00	-	0,00%

Fonte: Da autora (2023)

A subfunção Extensão Rural conta com o maior valor orçado: R\$10.399.562,62 e o segundo maior valor empenhado R\$7.395.483,54, do conjunto de subfunções, representando 71,11% da previsão orçamentária. Esse valor se justifica pelo volume do conjunto de municípios, afinal, é composto por sete dos nove municípios da microrregião. O município com maior orçamento para essa subfunção foi o de Carrancas com uma previsão orçamentária de R\$4.832.000,00 e o valor empenhado de R\$2.859.549,68.

A segunda subfunção com maior valor orçado foi Promoção da Produção Agropecuária, contando com R\$9.776.225,66 para o período de quatro anos, já o valor executado foi de R\$4.830.212,55, o que corresponde a 49,41% do orçamento. Os municípios de Ingaí, Itumirim, Itutinga e Nepomuceno possuem programas pertencentes a essa subfunção e o município com maior orçamento para essa subfunção foi o de Nepomuceno. Tal município teve uma previsão orçamentária de R\$10.397.200,00 para esta subfunção, no entanto, deste orçamento foi empenhado R\$2.154.727,70.

Já a terceira subfunção com maior valor orçado foi a Administração Geral, com um valor de R\$2.333.206,11. Esta subfunção utilizou 86,11% da previsão orçamentária, ou seja,

R\$2.009.044,85. Sendo Lavras-MG o município com maior orçamento e maior gasto nesta subfunção, o que é justificável por ser o maior município da amostra.

No que se refere a subfunção Preservação e conservação ambiental, apenas o município de Nepomuceno tinha programas pertencentes à mesma, tendo orçado no período de quatro anos, o valor total de R\$ 2.178.157,54 e empenhado R\$ 1.599.752,37 do valor previsto pelo município, representando 73%.

Dois programas fazem parte da subfunção Abastecimento: i) Amparo ao Pequeno Produtor Agrícola, planejados pelos municípios de Ijaci e Itumirim; e ii) o Programa de Construção, Ampliação, Manutenção e Recuperação do Patrimônio Público, desenvolvido pelo município de Lavras. No período de quatro anos, está subfunção teve o valor orçado de R\$881.000,00 e um gasto executado de R\$201.383,87, representando 23% da previsão orçamentária.

Já na subfunção Defesa agropecuária, apenas o município de Itutinga possui o programa pertencente à mesma. Sendo orçado para o período desses quatro anos o valor de R\$156.000,00 e gasto, efetivamente, R\$99.020,92, o que representa 63% da previsão orçamentária.

As subfunções Promoção da Produção Vegetal e Promoção Comercial tiveram o valor orçado de R\$4.000,00 e R\$34.000,00 respectivamente, no período de quatro anos e não executaram o valor orçado. Sendo os programas desta subfunção pertencentes a Ijaci e Carrancas.

No que se refere ao orçamento e empenho dos municípios, foi feita uma análise individualizada no período de 2018 a 2021 (Tabela 3).

Tabela 3 - Valor orçado e valor executado pelos municípios da microrregião de Lavras.

Município	Total orçado	Total empenhado	%
Carrancas	4.866.000,00	2.999.626,82	62%
Ijaci	794.900,00	586.972,03	74%
Ingaí	2.026.450,00	1.335.325,00	66%
Itumirim	934.655,60	521.965,44	56%
Itutinga	2.247.367,00	1.864.973,92	83%
Lavras	5.078.890,53	4.182.089,60	82%
Luminárias	1.442.973,60	778.523,30	54%
Nepomuceno	8.234.015,20	3.754.480,07	46%
Ribeirão Vermelho	136.900,00	110.941,87	81%

Fonte: Da autora (2023)

O município com menor valor orçado em programas da função de governo Agricultura foi Ribeirão Vermelho. Neste período de quatro anos o município orçou R\$136.900,00 e executou R\$110.941,87, ou seja, 81% da previsão. Este orçamento foi destinado ao único programa que o município planejou, o de Extensão Rural. Sendo que a média do valor orçado para cada ano foi de R\$34.225,00. A Tabela 4 apresenta uma síntese da programação e execução orçamentária do município de Ribeirão Vermelho Tabela 4 - Previsão orçamentária de Ribeirão Vermelho 2018 a 2021.

Ano	Município	Subfunção	Programa	Orçado	Empenhado
2018	Ribeirão Vermelho	606	Extensão Rural	26.500,00	7.788,80
2019	Ribeirão Vermelho	606	Extensão Rural	4.000,00	-
2020	Ribeirão Vermelho	606	Extensão Rural	4.000,00	831,87
2021	Ribeirão Vermelho	606	Extensão Rural	102.400,00	102.321,20
			Soma	136.900,00	110.941,87

Fonte: Da autora (2023)

Ijaci foi o segundo município com menor valor orçado em programas vinculados à função de governo Agricultura. Foi orçado o valor de R\$794.900,00 dividido entre os cinco programas do município e foi executado R\$586.972,03. Os programas do município são: Administração Geral; Assistência às comunidades; Mecanização Agrícola; Amparo ao pequeno produtor agrícola; e Extensão e Cooperativismo rural. Em média foi orçado R\$39.745,00 para cada município no período de quatro anos, no entanto, foi direcionada mais verbas para os programas de Administração Geral e, Extensão e Cooperativismo rural.

As Tabelas 5 e 6 apresentam uma síntese da programação e execução orçamentária dos programas Administração Geral e; Extensão Rural e Cooperativismo no município de Ijaci.

Tabela 5 - Previsão orçamentária programa Administração Geral - Ijaci 2018 a 2021

Ano	Município	Subfunção	Programa	Orçado	Empenhado
2018	Ijaci	122	Administração Geral	123.000,00	67.157,23
2019	Ijaci	122	Administração Geral	113.000,00	51.688,73
2020	Ijaci	122	Administração Geral	95.000,00	69.925,91
2021	Ijaci	122	Administração Geral	98.900,00	92.129,55
-	-	-	Soma	429.900,00	280.901,42

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 6 - Previsão orçamentária programa Extensão Rural e Cooperativismo- Ijaci 2018 a 2021

Ano	Município	Subfunção	Programa	Orçado	Empenhado
2018	Ijaci	606	Extensão e Cooperativismo rural	76.000,00	71.676,00
2019	Ijaci	606	Extensão e Cooperativismo rural	76.000,00	74.226,24
2020	Ijaci	606	Extensão e Cooperativismo rural	78.000,00	76.725,24
2021	Ijaci	606	Extensão e Cooperativismo rural	78.000,00	80.713,44
Soma				308.000,00	303.340,92

Fonte: Da autora (2023)

Seguindo a ordem crescente do orçamento, vem o município de Itumirim com um orçamento de R\$934.655,60 e o valor empenhado foi de R\$521.965,44 o que representa 56% do orçamento. Este valor foi destinado e executado pelos três programas do município, são eles: Extensão e Cooperativismo Rural; Mecanização Agrícola e; Amparo ao pequeno produtor agrícola. Entre os três programas, foi destinado um valor maior para o programa de Extensão e cooperativismo rural, orçou para este um valor de R\$421.655,60 para o período de quatro anos. A Tabela 7 apresenta uma síntese da programação e execução orçamentária do município de Itumirim.

Tabela 7 – Previsão Orçamentária Programa Extensão Rural e Cooperativismo- Itumirim 2018 a 2021.

Ano	Município	Subfunção	Programa	Orçado	Empenhado
2018	Itumirim	606	Extensão e Cooperativismo Rural	103.821,59	100.991,60
2019	Itumirim	606	Extensão e Cooperativismo Rural	111.894,24	108.894,20
2020	Itumirim	606	Extensão e Cooperativismo Rural	98.000,00	95.000,00
2021	Itumirim	606	Extensão e Cooperativismo Rural	98.939,77	98.851,95
Soma				412.655,60	403.737,75

Fonte: Da autora (2023)

O município de Luminárias tem o quarto menor orçamento da microrregião, em sua previsão foi orçado R\$1.442.973,60 para o período de quatro anos. Este valor foi destinado ao único programa do município, o de Promoção e Extensão rural, sendo executado R\$778.523,30, ou seja, 54% da previsão orçamentária. A Tabela 8 apresenta uma síntese da programação e execução orçamentária do município de Luminárias.

Tabela 8– Previsão Orçamentária do município de Luminárias de 2018 a 2021.

Ano	Município	Subfunção	Programa	Orçado	Empenhado
2018	Luminárias	606	Promoção e Extensão Rural	291.000,00	291.000,00
2019	Luminárias	606	Promoção e Extensão Rural	430.773,60	316.961,60
2020	Luminárias	606	Promoção e Extensão Rural	444.200,00	62.118,40
2021	Luminárias	606	Promoção e Extensão Rural	277.000,00	108.443,30
Soma				1.442.973,60	778.523,30

Fonte: Da autora (2023)

Já o município de Ingaí orçou no período de quatro anos, o valor de R\$2.026.450,00 para o único programa do município: o programa de Promoção e Extensão Rural. Deste valor, foi executado R\$1.335.325,00, o que representa 66% da previsão orçamentária. A Tabela 9 apresenta uma síntese da programação e execução orçamentária do município de Ingaí.

Tabela 9 - Previsão orçamentária do Município de Ingaí do período de 2018 a 2021.

Ano	Município	Subfunção	Programa	Orçado	Empenhado
2018	Ingaí	608	Promoção e Extensão Rural	653.100,00	449.051,60
2019	Ingaí	608	Promoção e Extensão Rural	513.850,00	214.487,50
2020	Ingaí	608	Promoção e Extensão Rural	408.850,00	304.112,60
2021	Ingaí	608	Promoção e Extensão Rural	450.650,00	367.673,30
Soma				2.026.450,00	1.335.325,00

Fonte: Da autora (2023)

O município de Itutinga orçou para o mesmo período, um valor de R\$2.247.367,00. Tal orçamento foi distribuindo entre os cinco programas do município: Atividade administrativa geral; Edificação Pública; Promoção e Extensão Rural; Inspeção, padronização, classificação e distribuição de produtos e; Saúde Animal. Destes programas, foi destinado maior orçamento para os programas de Promoção e extensão rural e Atividade administrativa geral. Para esses dois programas no período de quatro anos foi orçado um valor total de, R\$1.493.918,00 e R\$493.449,00, respectivamente. Ao analisar de forma geral o orçamento do município, foi executado R\$1.864.973,92, o que representa 83% do orçamento previsto.

As Tabelas 10 e 11 apresentam uma síntese da programação e execução orçamentária dos programas Promoção e Extensão Rural e, Administração Geral do município de Itutinga.

Tabela 10- Previsão orçamentária destinada ao programa de Promoção e Extensão Rural no período de 2018 a 2021.

Ano	Município	Subfunção	Programa	Orçado	Empenhado
2018	Itutinga	608	Promoção e Extensão rural	243.000,00	228.020,00
2019	Itutinga	608	Promoção e Extensão rural	418.918,00	406.872,70
2020	Itutinga	608	Promoção e Extensão rural	416.000,00	343.610,90
2021	Itutinga	608	Promoção e Extensão rural	416.000,00	361.656,20
Soma				1.493.918,00	1.340.159,80

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 11 - Previsão orçamentária destinada ao programa atividade administrativa geral no período de 2018 a 2021.

Ano	Município	Subfunção	Programa	Orçado	Empenhado
2018	Itutinga	122	Atividade Administrativa Geral	112.071,00	108.406,00
2019	Itutinga	122	Atividade Administrativa Geral	132.000,00	116.745,20
2020	Itutinga	122	Atividade Administrativa Geral	129.378,00	124.545,30
2021	Itutinga	122	Atividade Administrativa Geral	120.000,00	74.852,83
Soma				493.449,00	425.549,33

Fonte: Da autora (2023)

O município de Carrancas teve o valor orçado de R\$4.866.000,00 e o valor executado de R\$2.999.626,82. Este valor orçado foi destinado aos dois programas do município: o de Promoção e Extensão Rural e o de Promoção Comercial Geral. O programa com maior significância é o de Promoção e Extensão Rural, visto só para esse programa foi destinado um valor de R\$4.832.000,00. A Tabela 12 apresenta uma síntese da programação e execução orçamentária dos programas Promoção e Extensão Rural para o município de Carrancas.

Tabela 12 - Previsão orçamentária destinada ao programa de Promoção e Extensão rural para o município de Carrancas no período de 2018 a 2021.

Ano	Município	Subfunção	Programa	Orçado	Empenhado
2018	Carrancas	606	Promoção e Extensão Rural	1.060.000,00	714.887,42
2019	Carrancas	606	Promoção e Extensão Rural	1.150.000,00	737.616,90
2020	Carrancas	606	Promoção e Extensão Rural	1.303.000,00	525.569,46
2021	Carrancas	606	Promoção e Extensão Rural	1.319.000,00	1.013.552,65
Soma				4.832.000,00	2.991.626,43

Fonte: Da autora (2023)

O município de Lavras possui apenas três programas, são eles: Desenvolvimento Rural; Formando Cidadãos e, o de Construção, ampliação, manutenção e recuperação de patrimônio público. Para o período de quatro anos, foi orçado um valor de R\$5.078.890,53 para ser distribuído entre eles, sendo o programa de Desenvolvimento Rural o contemplado com maior orçamento. Para o mesmo foi destinado um valor de R\$4.090.178,94 e executou 91% dessa previsão, ou seja, um valor de R\$3.727.001,00. Ao analisar o orçamento geral do município, o valor executado foi de R\$4.182.089,60, o que representa 82% da previsão orçamentária.

A Tabela 13 apresenta uma síntese da programação e execução orçamentária do programa Desenvolvimento no município de Lavras.

Tabela 13- Previsão orçamentaria do programa desenvolvimento rural no município de Lavras no período de 2018 a 2021.

Município	Subfunção	Programa	Orçado	Empenhado
Lavras	122	Desenvolvimento Rural	941.145,52	929.361,28
Lavras	606	Desenvolvimento Rural	710.760,01	441.878,78
Lavras	606	Desenvolvimento Rural	1.146.176,08	1.063.790,09
Lavras	606	Desenvolvimento Rural	1.292.097,33	1.291.970,89
Soma			4.090.178,94	3.727.001,04

Fonte: Da autora (2023)

O município que apresentou maior previsão orçamentário foi o de Nepomuceno. O município contou com o orçamento de R\$12.575.357,54 e executou apenas R\$3.754.480,07, o que representa 46% do orçamento disponível no período de quatro anos. Tal orçamento foi destinado aos dois programas do município: o de Apoio e fomento à agricultura, indústria,

comércio e serviços; e ao programa de Manutenção das atividades do meio ambiente. O valor orçado e executado para cada programa, respectivamente, foi de: R\$10.397.200,00 e R\$2.154.727,70 para o primeiro programa, e R\$2.178.157,54 e R\$1.599.752,37 para o segundo programa.

Tabela 14 – Valor orçado e empenhado do programa apoio e fomento à agricultura, indústria, comércio e serviços, do município de Nepomuceno no período de 2018 a 2021.

Ano	Município	Subfunção	Programa	Orçado	Empenhado
2018	Nepomuceno	608	Apoio e Fomento à Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços	2.599.300,00	785.013,30
2019	Nepomuceno	608	Apoio e Fomento à Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços	2.599.300,00	384.796,90
2020	Nepomuceno	608	Apoio e Fomento à Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços	2.599.300,00	379.573,10
2021	Nepomuceno	608	Apoio e Fomento à Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços	2.599.300,00	605.344,40
Soma				10.397.200,00	2.154.727,70

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 15- Valor orçado e empenhado do programa manutenção de atividades do meio ambiente, do município de Nepomuceno no período de 2018 a 2021.

Ano	Município	Subfunção	Programa	Orçado	Empenhado
2018	Nepomuceno	541	Manutenção Atividades Meio Ambiente	401.700,00	34.880,57
2019	Nepomuceno	541	Manutenção Atividades Meio Ambiente	390.626,74	355.538,10
2020	Nepomuceno	541	Manutenção Atividades Meio Ambiente	642.130,80	499.036,40
Soma					

Fonte: Da autora (2023)

A partir de toda a análise feita foi possível compreender, descrever e fazer uma análise dos programas e dos gastos por subfunção em cada município, de modo a obter certas conclusões acerca da aderência dos municípios aos programas e da previsão orçamentária.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho propôs analisar as políticas públicas e a efetivação dos gastos públicos voltados para agricultura, nos nove municípios da microrregião de Lavras. O estudo objetivou caracterizar os programas de governo voltados para agricultura no período de 2018 a 2021 e comparou os valores orçados e executados nos programas de governo voltados para área mencionada.

A partir da análise dos programas e suas subfunções, foi possível identificar que o Programa de Extensão e Cooperativismo Rural é o que teve maior participação dos municípios, portanto é o que possui a maior previsão orçamentária.

Analisando a participação dos municípios aos programas, conclui-se que Itutinga é o município que se mostrou mais engajado, visto que é um dos municípios que suas ações vão além da manutenção e aquisição de bens, e é o único município a aderir ao Programa para o Desenvolvimento da agricultura familiar e ao Programa de Saúde animal.

A agricultura familiar e pequenos agricultores tem um papel importante na produção de alimentos no país, no entanto, poucos municípios da microrregião tem em seu cronograma Programas voltados para o desenvolvimento, treinamento e apoio desses produtores.

No que se trata da previsão orçamentária dos municípios, é notório que apesar do município de Lavras ser o maior município da microrregião, tanto em dimensão territorial quanto em população, não apresentou a maior previsão orçamentária para os programas da Agricultura, mas sim o município de Nepomuceno. No entanto, Nepomuceno executou 36% do orçamento, enquanto Lavras empenhou 89% do valor orçado.

A partir deste trabalho, foi possível identificar a participação dos municípios nos programas e as ações realizadas, além da distribuição do orçamento para cada um. Deste modo, fica claro a importância deste estudo para melhor compreensão das atividades realizadas na microrregião.

O estudo apresentou limitações quanto ao período e tamanho da amostra. A definição do período pode ser considerada um fator limitante, visto que o estudo analisou um ciclo orçamentário. Desta forma, não é possível afirmar que caso fossem analisados mais de um período orçamentário o resultado seria o mesmo.

O tamanho da amostra definida para esse estudo também pode ser considerada um fator limitante, visto que ao apresentar um número reduzido de municípios, deve-se considerar os resultados apenas para a microrregião em questão.

Sugere-se para trabalhos futuros, a análise de outro período orçamentário a fim de realizar uma comparação dos programas da agricultura e valores orçados e empenhados. Outra possibilidade de estudo pode contemplar uma amostra maior de municípios, ou considerar outras regiões geográficas, de modo a se estabelecer a possibilidade de comparações com os resultados obtidos neste estudo. Por fim, pode-se analisar o alcance dos objetivos das políticas públicas na microrregião.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Saron Flávio; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O Pronaf e as Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o desafio da (re) construção das políticas de apoio à agricultura familiar. *Geo UERJ*, v. 2, n. 23, p. 656-683, 2012.

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: CDS/UnB, p. 1-23, 2007.

BIANCHINI, Valter. Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios. Brasília: SAF/MDA, p. 45-68, 2015.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica**: da teoria à prática. Curitiba: Intersaberes, 2012. 200 p.

CRESOL. Plano Safra 2022/2023: o que é e como funciona? Disponível em: <[https://blog.cresol.com.br/plano-safra/#O que é oPlano Safra](https://blog.cresol.com.br/plano-safra/#O%20que%20%C3%A9%20o%20Plano%20Safra)>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J D. Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto . Porto Alegre: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786581334192. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581334192/>. Acesso em: 26 fev. 2023.

DYE, Thomas R. Understanding public policy. Pearson, 2013.

DIEHL, Robert. Agricultura geral. 1ª ed. Lisboa: Clássica Editora, 1984.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do " campo de políticas públicas". *Revista de Administração Pública*, v. 50, p. 959-979, 2016.

GOMES, Elisabete. Efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a transferência de recursos do Sistema Único de Saúde dos Municípios da Microrregião de Lavras. Tese (Bacharel em Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2021.

GRISA, C. et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, set. 2011.

HENRY, Nicholas. Paradigms of public administration. In: *Public Administration and Public Affairs*. Routledge, 2017. p. 35-53.

INOCÊNCIO, Maria Erlan; CALAÇA, Manoel. Estado e território no Brasil: reflexões sobre a partir da agricultura no Cerrado. *Revista IDEAS*, v. 4, n. 2, p. 271-306, 2010.

JUNIOR, Valdemar João Wesz. O Pronaf pós-2014: intensificando a sua seletividade. *Revista grifos*, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.

LIMA, Rodrigo. Efetivação do investimento público em saneamento básico nos municípios brasileiros. Tese (Bacharel em Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2022.

LYNN, Laurence E.; GOULD, Stephanie G. *Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis*. Goodyear Publishing Company, 1980.

MEAD, L. M. *Public Policy: Vision, Potential, Limits*. Policy Currents. Fev. 1995. 2018.

MATTEI, Lauro. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 38, n. 1, p. 143-158, 2007

MELO, Eduardo et al. A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA PARA A SOCIEDADE: breve revisão de literatura. *Scientia Generalis*, [S. l.], v. 2, n. Supl.1, p. 144-144, 2022. Disponível em: <<https://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/362>> Acesso em: 20 dez. 2022.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *A análise das políticas públicas*. Educat, 2002.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. *Geografia Agrária: teoria e poder*, v. 1, p. 211-270, 2007.

Políticas Públicas Coletânea -Volume 1 Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi.
[s.l: s.n.]. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2022.

Políticas Públicas: da construção dos problemas públicos aos processos de avaliação - Rede Artesanato Brasil. Disponível em: <<https://redeartesanatobrasil.com.br/2021/10/22/politicas-publicas/>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

Portal Embrapa - A agricultura brasileira. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/vii-plano-diretor/a-agricultura-brasileira>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

Rede Artesanato Brasil - Políticas Públicas: da construção dos problemas públicos aos +processos de avaliação. Disponível em: <<https://redeartesanatobrasil.com.br/2021/10/22/politicas-publicas/>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

RIBEIRO, Amarolina. "O que é agricultura?" Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-agricultura.htm>> Acesso em 29 de dezembro de 2022. Acesso em: 29 dez. 2022.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira. Mauad Editora Ltda, 2019.

ROOKE, Eduardo. Análise dos efeitos da Covid-19 nas despesas públicas em saúde dos municípios da microrregião de Lavras. Tese (Bacharel em Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2022.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. Texto para Discussão, 2019.

SANTOS, Luana Ferreira; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; DE CAMPOS, Ana Paula Teixeira. Barreiras de desempenho e políticas públicas: análise em cooperativas de agricultura familiar. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 24, n. 77, 2019.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. Coletâneas. Volumes, v. 1, 2007.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>>

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. Cengage Learning, 2020.

Souza, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias [online]. 2006, n. 16 [Acessado 29 Dezembro 2022], pp. 20-45. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517->

45222006000200003>. Epub 07 Jan 2008. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 29 dez. 2022.

SOUZA, Marcos Paulo Rodrigues de; BIDARRA, Zelimar Soares. Política pública de apoio à agricultura digital. *Revista de Política Agrícola*, v. 31, n. 2, p. 18, 2022.

VASCONCELLOS, M. POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/mariana_vannucci_vasconcellos.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.

VERGARA, Sylvia C. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*, 16ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597007480. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007480/>. Acesso em: 26 fev. 2023.